A Sua Excelência a Ministra da Saúde

Professora Doutora Ana Paula Martins,

28/10/2026 PT_01226.df

Assunto: Orçamento do Estado para a Saúde 2027 | Posição e propostas da Plataforma Saúde em Diálogo

Exma. Prof. Drª. Ana Paula Martins,

No âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2027 (OE2027), a Plataforma Saúde em Diálogo considera que a discussão em torno do OE2027 para a saúde não deve ficar limitada à existência, ou não, de cortes orçamentais, mas centrar-se numa questão essencial: **o financiamento previsto será suficiente para responder às necessidades em saúde crescentes dos cidadãos e garantir melhores resultados em saúde?**

Num país marcado pelo envelhecimento da população, pelo aumento da prevalência da doença crónica, que afeta cerca de quatro milhões de portugueses, pela pressão sobre os profissionais de saúde e crescente procura de cuidados de saúde, importa assegurar que os recursos disponíveis se traduzem em melhorias concretas na vida das pessoas.

Embora o OE2027 preveja uma despesa consolidada de 17.858,4 milhões de euros para a Saúde, representando um aumento de 2,9% face à execução estimada para 2026, excluindo o efeito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), subsistem preocupações quanto à capacidade de resposta do SNS, particularmente no que respeita ao investimento, prevenção, inovação terapêutica e proximidade dos cuidados.

A redução do investimento público em saúde, num contexto de conclusão dos financiamentos extraordinários do PRR, constitui um sinal de preocupação, sobretudo quando persistem necessidades de modernização tecnológica, melhoria das infraestruturas e transformação digital dos serviços. Acresce que os desafios do SNS não se resolvem exclusivamente através de um reforço financeiro, exigindo igualmente reformas organizacionais que coloquem as necessidades dos cidadãos no centro das decisões.

Para a Plataforma Saúde em Diálogo, o verdadeiro valor de um Orçamento da Saúde mede-se pela sua capacidade de melhorar a vida das pessoas, reduzindo tempos de espera, garantindo acesso atempado aos cuidados e à inovação em saúde, promovendo a continuidade assistencial e reduzindo desigualdades no acesso à saúde.

Neste contexto, a Plataforma Saúde em Diálogo apresenta **sete propostas prioritárias**, que considera deverem ser contempladas no âmbito do OE2027 e das políticas públicas de saúde. Estas propostas organizam-se em **quatro prioridades estratégicas**: prevenção

e gestão da doença crónica; acesso e inovação; participação dos cidadãos; e transformação e sustentabilidade do SNS.

EIXO 1 - PREVENÇÃO E DOENÇA CRÓNICA

1. Implementar o Estatuto Jurídico do Doente Crónico

Num contexto em que cerca de quatro milhões de pessoas vivem com doença crónica, importa desenvolver políticas estruturadas que promovam a **prevenção, a gestão integrada da doença e a equidade no acesso aos cuidados**.

A Plataforma Saúde em Diálogo defende a adoção dos instrumentos legais e operacionais que permitam assegurar uma proteção transversal às pessoas com doença crónica, garantindo igualdade de direitos, independentemente da patologia, e uma melhor articulação entre os diferentes níveis de cuidados. É essencial ultrapassar as desigualdades que ainda persistem no acesso a determinados direitos e respostas de saúde em função da doença diagnosticada.

2. Reforçar o investimento na prevenção, no diagnóstico precoce e na gestão integrada da doença crónica

A **prevenção** deve assumir uma maior centralidade nas políticas públicas de saúde, com recursos identificados, metas concretas e indicadores que permitam avaliar os resultados alcançados. Este investimento deve abranger não só a promoção de estilos de vida saudáveis e os rastreios, mas também o **diagnóstico precoce**, o tratamento adequado e a prevenção de complicações e comorbilidades, contribuindo para melhorar a qualidade de vida e reduzir a pressão sobre os serviços de saúde.

A Plataforma Saúde em Diálogo considera ainda prioritária a implementação das recomendações do **Relatório do Grupo de Trabalho para a Gestão da Doença Crónica**, traduzindo-as em medidas concretas, com financiamento adequado, responsabilidades definidas e metas de execução. Importa assegurar uma abordagem integrada e centrada na pessoa, que promova a continuidade dos cuidados, a articulação entre os diferentes níveis de prestação e especialidades médicas, a partilha de informação clínica e a participação ativa das pessoas com doença crónica na gestão da sua saúde.

É igualmente essencial reforçar a **literacia em saúde e a capacitação** das pessoas, permitindo decisões mais informadas e uma utilização mais adequada dos recursos disponíveis.

EIXO 2 - ACESSO E INOVAÇÃO

3. Garantir o acesso equitativo e atempado à inovação terapêutica

A aprovação de novos medicamentos deve traduzir-se no seu **acesso efetivo por parte das pessoas que deles necessitam, independentemente da sua área de residência, da instituição onde são acompanhadas, ou da sua condição clínica**.

A Plataforma Saúde em Diálogo defende a eliminação das desigualdades no acesso entre hospitais e regiões, a harmonização dos critérios de acesso, a redução de processos redundantes após aprovação pelo INFARMED e uma maior transparência e monitorização dos tempos de resposta.

Defende igualmente que a regulamentação da participação dos doentes no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde (SiNATS), prevista no Decreto-Lei n.º 118/2026, seja acompanhada das condições necessárias à sua concretização, incluindo a capacitação das associações de doentes e a divulgação dos resultados dessa participação.

4. Aproximar os cuidados de saúde das pessoas

A Plataforma Saúde em Diálogo considera prioritário alargar a todas as Unidades Locais de Saúde o programa de **dispensa de proximidade de medicamentos hospitalares, reforçar a integração entre os diferentes níveis de cuidados, incluindo cuidados primários, hospitalares, continuados e domiciliários, e promover soluções digitais que facilitem o acompanhamento e navegação dos cidadãos no sistema de saúde**.

Estas medidas são particularmente relevantes para as pessoas com doença crónica, reduzindo deslocações, tempos de espera, desigualdades territoriais e custos desnecessários, assegurando maior continuidade assistencial.

A Plataforma Saúde em Diálogo defende igualmente a divulgação pública de indicadores sobre tempos de acesso a consultas, cirurgias, exames complementares de diagnóstico, permitindo monitorizar a evolução dos tempos de acesso e avaliar o impacto real das medidas adotadas na vida dos cidadãos.

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO E AVALIAÇÃO

5. Reforçar a participação efetiva das pessoas com doença nas decisões em saúde

A participação dos doentes deve ser assumida como uma dimensão estrutural do sistema de saúde, com condições que permitam às associações contribuir de forma regular e informada para a definição, implementação e avaliação das políticas públicas.

Em linha com **a Carta para a Participação Pública em Saúde**, aprovada pela Lei n.º 108/2019, a Plataforma Saúde em Diálogo defende a criação de condições que permitam às associações participar de forma sustentada nos processos de decisão, incluindo na avaliação de tecnologias de saúde, na definição de prioridades e na avaliação dos serviços.

A participação pública em saúde deve passar de um princípio legal para uma prática efetiva, com mecanismos estáveis e recursos adequados que permitam às associações de doentes contribuir de forma informada para os processos de decisão.

EIXO 4 - TRANSFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

6. Garantir a interoperabilidade dos dados de saúde e a criação progressiva de um registo clínico único

É fundamental assegurar que a informação clínica acompanha o cidadão ao longo do seu percurso no sistema de saúde, independentemente da unidade ou setor em que recebe cuidados. A **interoperabilidade dos dados e a implementação progressiva de um registo clínico único** permitirão melhorar a coordenação dos cuidados, reduzir a duplicação de exames e procedimentos, facilitar a gestão da doença crónica e promover uma experiência mais integrada e centrada na pessoa
Esta transformação constitui igualmente uma oportunidade para reforçar o planeamento, a investigação, a avaliação de resultados em saúde e a participação informada dos cidadãos na gestão da sua saúde.

7. Promover modelos de financiamento orientados para os resultados em saúde

A sustentabilidade do SNS exige uma evolução progressiva para modelos que valorizem não apenas a atividade realizada e o controlo anual da despesa, mas também **os ganhos clínicos, a qualidade de vida, a experiência dos doentes e os custos evitados a médio e longo prazo.**

A Plataforma Saúde em Diálogo defende que a avaliação de programas de prevenção, diagnóstico precoce, gestão integrada da doença crónica e inovação terapêutica incorpore uma **perspetiva plurianual**, permitindo considerar os benefícios futuros e os custos evitados decorrentes da redução de complicações, internamentos, incapacidade e utilização de recursos de saúde.

É igualmente fundamental integrar indicadores de resultados e de experiência reportados pelos doentes (PROMs/ PREMs), permitindo avaliar o impacto real dos cuidados prestados.

A Plataforma Saúde em Diálogo reconhece os desafios do sistema de saúde português e a necessidade de assegurar a sua sustentabilidade financeira. Contudo, a sustentabilidade do SNS não pode ser avaliada exclusivamente numa perspetiva de contenção da despesa.

O sucesso do OE2027 para a Saúde deve medir-se pela sua **capacidade de gerar ganhos efetivos em saúde, reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.**

Neste contexto, apelamos à consideração das propostas aqui apresentadas na discussão do Orçamento do Estado para 2027, e reiteramos a disponibilidade da Plataforma Saúde em Diálogo para contribuir para um diálogo construtivo com os decisores políticos, colocando a experiência e o conhecimento das associações de pessoas com doença ao serviço de políticas públicas mais participadas, eficazes e centradas nos cidadãos.

Com os melhores cumprimentos,

Jaime Melancia

Presidente da Direção
Plataforma Saúde em Diálogo